

MICHEL NARCY (dir.), *Platon: l'amour du savoir*, Paris, PUF, 2001, 170 p.

Após ter empreendido uma nova tradução do *Teeteto* de Platão, publicado pela GF Flammarion em 1994, Michel Narcy nos apresenta neste volume uma coletânea de seis artigos, tendo como fio condutor a definição platônica de filosofia como dialética, e uma investigação sobre o sentido do “amor pelo saber” no pensamento do fundador da Academia. Uma questão orientada e perpassa cada um dos artigos aí reunidos na investigação e reflexão levada a termo por seus autores: “O que é, pois, o saber para Sócrates ou, através do Sócrates dos diálogos, para Platão?” (p. 7). Na análise do problema, cinco diálogos constituem o *corpus* do qual se servem os autores. Começando pela *República*, “texto canônico da epistemologia ligada à teoria das Idéias”, seguida da trilogia formada por *Teeteto*, *Sofista* e *Político*, e, finalmente, *Parmênides*, “diálogos que testemunhariam uma crise ou uma revisão dessa doutrina”. E em torno desses se alinham os seis títulos que se seguem: 1. A racionalidade platônica: matemáticas e dialética em Platão (Yvon Lafrance); 2. O que é a ciência? Respostas no *Teeteto* (Michel Narcy); 3. O saber colocado à prova por sua imitação: a sofística (Elsa Grasso); 4. A classificação dos objetos. Sobre uma passagem do *Político* [287 b – 289 c]

(Frédérique Ildefonse); 5. Saber e não-saber no *Parmênides* de Platão (Alain Séguy-Duclot); 6. De Platão a Kant. Epistemologia e ontologia na interpretação neokantiana de Platão (Francesco Fronterotta).

No encadeamento dos diálogos aí analisados, abre-se, em meio à multiplicação das aporias, uma via para se compreender por que estes não representam uma continuidade da *República* mas, pelo contrário, seu outro lado, uma exploração de sua face escondida, isto é a introdução, por meio da dialética, de alguma coisa que assemelha de modo indelével filosofia e sofística. Considerando num mesmo plano a racionalidade dialética e a racionalidade matemática, os autores se lançam a perscrutar as semelhanças e diferenças entre sofística e dialética. O movimento de aproximação entre filosofia e sofística, tão freqüentemente aventado, mas quase sempre colocado de lado por um estranho sentimento de piedade com respeito a Platão, é aqui tornado manifesto sob diferentes aspectos, com vistas a um melhor discernimento acerca de suas diferenças. Para tanto se impõe como caminho uma consideração dos saberes concorrentes, dentre eles a sofística, que evite a saída fácil que seria tratá-los como “farinha do mesmo saco”, o que leva Platão a conferir graus de validade diferentes a uns e a outros. Cami-

nho este que leva Platão, no *Parmênides*, a tomar todos os saberes igualmente, reconhecendo a cada um sua pertinência, ao ponto de, no *Político*, para passar da semelhança à diferença, acabar afirmando que se o “dialético-roi” quer se distanciar de seus rivais, pode não ter outra escolha senão assemelhar-se a um deus, afirmação que implica em pagar caro pela diferença.

O último artigo desta coletânea é consagrado àquela que foi uma das principais escolas de interpretação do platonismo no século XX, a escola de Marbourg. Filósofos de formação neokantiana propuseram uma análise da teoria das Idéias tomando como ponto de partida a reflexão de Kant e insistindo na significação gnoseológica da relação entre Platão e Kant. Segundo F. Fronterotta, os neokantianos levaram a termo a sugestão kantiana presente na *Crítica da razão pura*, ao sugerir que a linguagem de Platão fosse submetida a “uma interpretação mais moderada e conforme a natureza das coisas” (*CRP*, II, II, Livro I, Seção 1). Dos neokantianos leitores de Platão, F. Fronterotta examina os estudos de Hermann Cohen e de Paul Natorp. H. Cohen concentra sua atenção na diferença fundamental entre o “conceito” (*eidōs*, *Begriff*) socrático e a “idéia” (*idea*, *Idee*) platônica. Enquanto Sócrates sentia a necessidade de um conhecimento que fosse além da percepção sensível, distinguindo conceitos e dados da experiência, Platão sublinha o aspecto imediatamente intuitivo do conceito, e atribui à *idea* uma existência real e concreta. Cohen aponta para os limites da reflexão de Platão, segundo ele aprisionado em meio às dificuldades de uma formulação filosófica, ainda primitiva, e as exigências concretas da fundação da ética e da política. P. Natorp, por sua vez, concentra sua atenção em fornecer uma enquete his-

tórica e filológica sobre o momento em que viveu Platão e sua importância na gênese de seu pensamento. Contrariamente a Cohen, para Natorp as idéias não tem nenhuma determinação existencial nem dimensão concreta e objetiva, seja ela de natureza física ou metafísica. Não são “coisas” (*Ding*) dotadas de estatuto ontológico preciso, mas “lei” (*Gesetz*) que garante legitimidade à esfera epistemológica, um princípio *a priori* que o pensamento encontra em si mesmo para estabelecer o critério de verdade do conhecimento (p. 159). Este constitui o núcleo teórico da interpretação de Natorp. Apesar das diferenças, essas duas interpretações são unânimes em sua rejeição, em graus diferentes, de certas implicações metafísicas decisivas do pensamento platônico.

Fronterotta examina ainda alguns termos através dos quais a leitura neokantiana lança as bases para uma interpretação original da doutrina platônica: “as idéias platônicas e as categorias (neo-)kantianas do intelecto”. Sua maneira de compreender as “idéias”, a “separação” (*chôrismos*), e a “participação” (*methexis*), atestam sua originalidade.

Mas cabe sobretudo à escola de Marbourg o mérito de ter sido a primeira tentativa bem sucedida de uma leitura rigorosamente epistemológica e antimetafísica da doutrina platônica.

Platon: l'amour du savoir torna-se assim uma leitura fundamental para aqueles que se interessam pela epistemologia platônica, em virtude da abrangência dos problemas discutidos e das direções indicadas para futuras interpretações.

Miriam C. D. Peixoto
ISI-CES, BH

ALEXANDRE KOJÈVE, *Introdução à leitura de Hegel*, trad. Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro, Contraponto/EDUERJ, 2002. 558 p.

Segundo Hegel, o homem histórico é aquele que toma para si a realização das aspirações mais profundas vividas em seu tempo como realização sua e, sem o saber, realiza pela astúcia da razão o movimento que impulsiona o processo histórico rumo a um novo tempo.

Ora, tal pode acontecer sem que tais aspirações tenham chegado à consciência, mas sejam apenas intuídas, presentidas ou no tédio ou na inquietação que por vezes vem a pervagar o espírito do mundo. Assim, na história recentíssima do pensamento ocidental, Alexandre Kojève, ao descobrir para a França a filosofia hegeliana, contribuiu de modo absolutamente decisivo para a reconstrução da própria filosofia; seus ouvintes imediatos: Jean-Paul Sartre, Jacques Lacan, Merleau-Ponty, entre outros, estiveram à frente da cena intelectual cuja influência ainda não pode ser, com rigor, medida.

Sob o impacto dos terríveis acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, muitos perderam a crença na razão e até na civilização do Ocidente; parecia que um sem-sentido total houvesse aflorado com as brutalidades dos campos de batalha e dos campos de concentração; quando tudo termina, o silêncio dos canhões silencia também os projetos e dentre todos os projetos aquele que possivelmente mais sofre é o de uma filosofia capaz de traduzir seu tempo em conceito, sob os auspícios da razão.

Nesse contexto, Kojève toma para si a tarefa de trazer e traduzir para a mente francesa o idealismo absoluto de Hegel, que ele torna idealismo existencial, e, impactando os olhos impactados, opera a negação da negação que im-

pulsiona e redefine os caminhos filosóficos. O texto que agora é apresentado ao público de língua portuguesa, em especial ao público brasileiro, é o espírito objetivado de um grande acontecimento que teve expressão a partir daquela que é um *grande acontecimento da filosofia alemã – a Fenomenologia do Espírito*, de G. W. F. Hegel.

A edição cuidadosa de uma tradução atenta soube preservar para o leitor o ritmo coloquial de um texto escrito para servir de discurso e fio condutor dos cursos ministrados pelo Prof. Kojève, de modo que a leitura torna-se instigante, um exercício filosófico de direção do pensamento nas múltiplas possibilidades de apreensão e aplicação da riqueza teórica que aquela *cabeça de medusa foi capaz de semear*.

Com nossa recensão não pretendemos apresentar uma sinopse da obra, mas sim celebrar sua publicação, fazendo seu anúncio neste espaço que é ponto de encontro da inteligência brasileira e não apenas, o que não seria pouco, leitura obrigatória dos filósofos nacionais.

Na verdade, observamos um esforço magnífico, no meio editorial brasileiro, no sentido de tornar acessível ao nosso público as grandes obras da historiografia filosófica. Sabemos que tudo começou no famoso milagre grego, na capacidade daquele povo de, nos primórdios da nossa civilização, saber apropriar-se da cultura alheia e torná-la sua, realizando uma metamorfose que nem mesmo os antigos donos podiam ainda se reconhecer nela. Talvez, na rememoração do legado que ora recebemos nas muitas publicações que têm sido feitas, possamos também não perder tempo *reinventando a roda*, e assim nos tornarmos capazes de efetivar a apropriação, de modo a operarmos a metamorfose necessária para transmutar para o presente as ferramentas teóricas que nos permitam a

apreensão de nossa realidade, a reconstrução de conceitos e a construção de categorias que nos sejam próprias.

Pode mesmo parecer, para alguns, que essa publicação de uma *Introdução à leitura de Hegel* seja não-essencial, particularmente considerando o já relativamente rico manancial de textos hegelianos (a *Fenomenologia do Espírito*, a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*) e obras de introdução ao pensamento hegeliano publicados no Brasil (*Para ler a Fenomenologia do Espírito*, de Paulo Meneses, *Introdução ao pensamento político de Hegel* e *Política e liberdade em Hegel*, de Denis Rosenfield, *Hegel e a ordem do tempo*, de Paulo Arantes; a lista seria maior do que podemos citar); mas, considerando a complexidade e relevância da contribuição de Hegel para o pensamento contemporâneo, é preciso admitir que há ainda muito a ser feito, e essa obra de Kojève vem lançar luzes sobre uma dimensão do hegelianismo ainda não suficientemente explorada em nosso solo ou fora dele.

Com sempre, há na tradução aspectos terminológicos dos quais se pode discordar. Isso é impossível que não aconteça em textos traduzidos, notadamente os filosóficos; mas nada que o termo alemão, nesse caso, colocado entre parênteses junto do utilizado pela tradutora não possa resolver as exigências dos especialistas, sempre tão ciosos, e isso mereceu atenção permanente.

Apenas uma advertência: é mister não tomar a versão kojèveana de Hegel, disponível nessa obra, para edificar sobre ela ectoplasmas que justifiquem uma pseudo-legitimação das teorias anti-hegelianas, como as que proclamam o fim da história e coisas do gênero. Nem tampouco tomar essa interpretação como a verdade definitiva sobre o pensamento hegeliano.

Também não nos pode mover à leitura a mera pretensão do intelectual, no sentido em que Kojève assinala: *no intelectual o desejo de reconhecimento ainda é uma caricatura do que é a luta pelo reconhecimento do cidadão numa verdadeira sociedade. Nessa pseudo-sociedade que é a república das letras, o desejo de reconhecimento é apenas uma sede de celebridade: basta ficar conhecido.* (p. 90)

Resta-nos saudar Kojève nessa sua chegada a nossa pátria que é nossa língua e desejar que em nosso solo essa árvore dê frutos mil, pois essa pátria mãe gentil é quase *mátria* em acolher, mas tem sido pouco *frátria* em repartir as riquezas que daqui brotam ou que aqui chegam. Que mais publicações como essa aportem e que muitos de nós a elas tenham acesso.

Alfredo de Oliveira Moraes
UNICAP